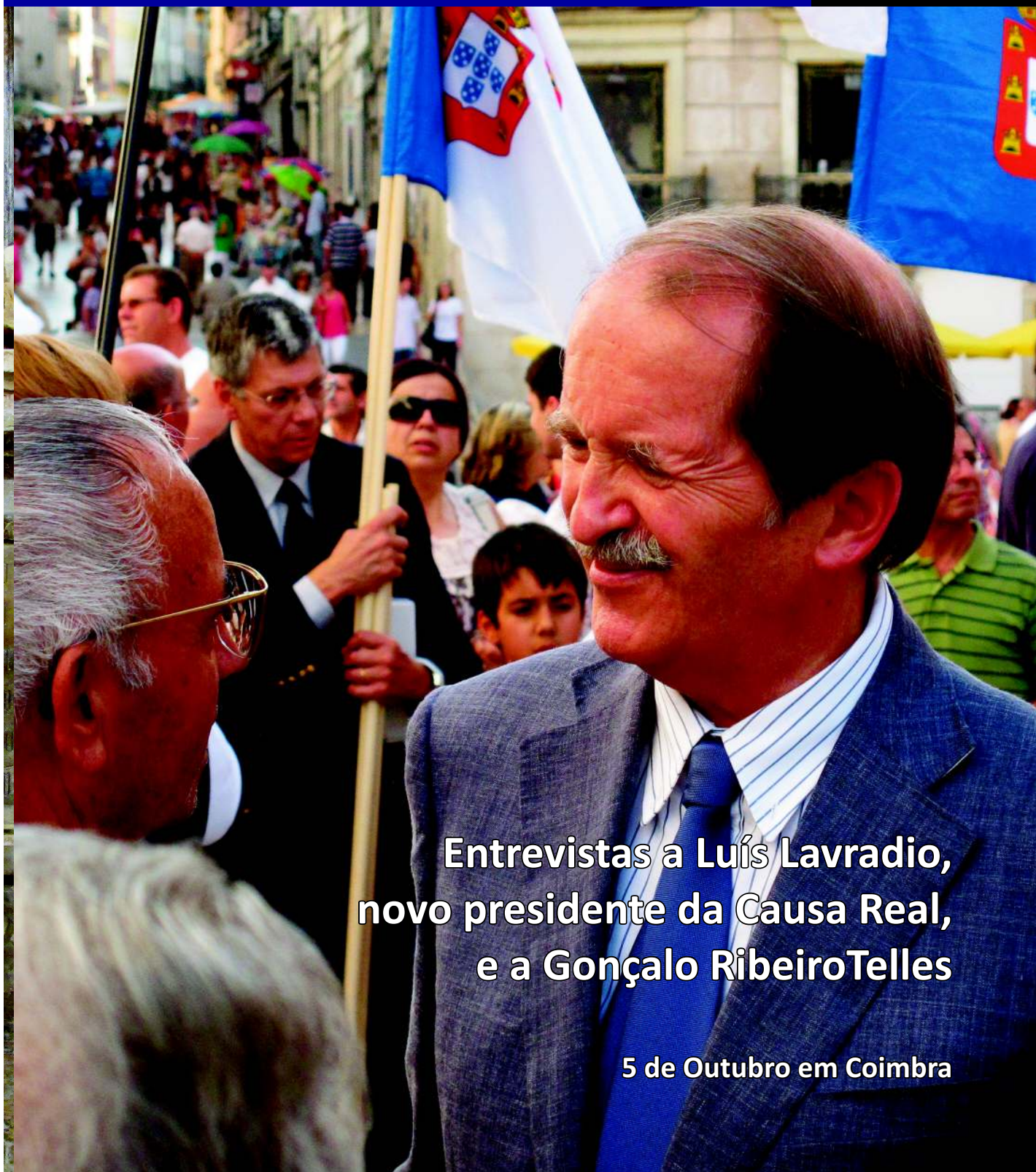


CORREIO-REAL

Boletim oficial da Real Associação de Lisboa

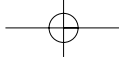
6

NOVEMBRO
de 2011



**Entrevistas a Luís Lavradio,
novo presidente da Causa Real,
e a Gonçalo Ribeiro Telles**

5 de Outubro em Coimbra



Editorial Chega às vossas mãos o n.º 6 do *Correio Real* perto do fim do ano de 2011. Contra a nossa vontade. A periodicidade que tínhamos estabelecido e anunciado não foi cumprida. Disso nos penitenciámos. Mas existem razões. E a principal é a falta de disponibilidade financeira, uma vez que a crise, que a todos afecta, se reflecte na diminuição das quotizações e outras receitas habituais. Para além de despesas extraordinárias ocorridas neste ano, nomeadamente com o condomínio da nossa sede. Temos tentado diminuir as despesas correntes de funcionamento e feito um esforço de racionalização, procedendo a uma actualização dos ficheiros e recorrendo mais às facilidades que a tecnologia nos proporciona para o contacto com os nossos associados, como o envio de *e-mails* e de sms para os telemóveis daqueles que não indicaram endereço electrónico. Este meio de comunicação representa a poupança de muitas centenas de euros.

O ano que está prestes a terminar tem sido, para todos os Portugueses, um ano de acrescidas dificuldades financeiras, que se devem à crise provocada por muitos anos de má governação dos principais partidos políticos da República, sob uma crise europeia e global. Tem-se falado dos últimos quinze anos, mas diríamos que os erros são anteriores e começaram, depois dos anos de dificuldade pós 25 de Abril, com a falta de perspectiva das políticas seguidas após a adesão à então CEE, em que as contribuições financeiras da Comunidade Europeia foram gastas com critérios imediatistas e de enganosa abundância, criando uma falsa mentalidade de país e Estado ricos, que levou sucessivos governos, e a sociedade civil, a viver para além das reais capacidades financeiras, conduzindo ao endividamento do Estado e das pessoas.

Muitas vezes, sobretudo entre os monárquicos, se ergueram para apelar a mudanças radicais, designadamente à mudança de regime, constatando, entre outras razões, que no seio da CE as monarquias têm resistido mais facilmente à crise. De facto, são repúblicas os países a precisar de recorrer à ajuda internacional. Se é verdade, e é bom enfatizá-lo, que a instauração da Monarquia não seria uma panaceia que nos afastaria de imediato da crise em que estamos mergulhados, é também verdade que a mudança de regime poderia ter efeitos benéficos, sobretudo ao nível da coesão nacional, da confiança nas instituições, da recuperação do orgulho nacional e da esperança no futuro. A Monarquia será, se todos nós quisermos, esse caminho para um futuro de esperança e confiança em Portugal. É preciso, cada vez mais, apontá-lo aos Portugueses, unidos num só desígnio patriótico, em torno de quem a representa, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Chefe da Casa Real. **JOÃO MATTOS E SILVA** *Presidente da Direcção*

A partir deste número, o *Boletim* conta com um novo grafismo. Agradecemos a Paulo Correia o valioso contributo nos números anteriores. **JOÃO TÁVORA** *Chefe de redacção*

Correio Real
Boletim oficial da Real Associação de Lisboa
Director: João Mattos e Silva
Chefe de redacção: João Távora
Redacção: Nuno Pombo, Duarte Calvão
Design e edição: Vasco Rosa
Produção: Sinapse Media

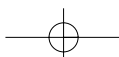
Nova Gráfica do Cartaxo
1600 exemplares
Novembro de 2011



REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS

*Sabia que toda a nossa actividade
é financiada pelas quotizações dos sócios?
Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!*

21 342 8115
secretariado@reallisboa.pt
www.reallisboa.pt



«A Causa Real tem agora uma visibilidade inédita»

Entrevista a Luís Lavradio

Luís Lavradio, nascido em Lisboa em 1967, viveu em Londres de 1973 a 1989, quando concluiu o curso de Economia em Cambridge. Ex-banqueiro com experiência transcontinental e nacional, desenvolve actualmente um projecto profissional próprio e é presidente da Causa Real, eleito em Maio de 2010. Sucedeu a Paulo Teixeira Pinto, que coadjuvara como um dos três vice-presidentes, e cujo mandato decorreu de Janeiro de 2007 até então.

Ouvimo-lo a propósito da sua convicção monárquica e do trabalho de reforço da intervenção política e organizativa da Causa Real que aproveita as virtudes da geração digital e tecnológica.

— Sou monárquico desde que me lembro, inicialmente por tradição de família mas hoje, inquestionavelmente, pela convicção de que o regime monárquico poderá trazer claríssimas vantagens para o nosso País. Devo dizer que nunca tinha pensado em aderir à militância monárquica até ouvir as ideias sobre a monarquia, claras, objectivas, expostas por Paulo Teixeira Pinto num debate de televisão, no programa Prós e Contrás. O longo período que vivi em Inglaterra permitiu-me amadurecer ideias e convicções, porque, mantendo o mais possível o meu interesse por Portugal, constatei sempre uma diferença marcante entre regimes. Um dos pilares da extraordinária estabilidade do sistema político britânico é o respeito pela Instituição Real enquanto personificação do ideal britânico passado, presente e futuro e que, necessariamente, foi e vai evoluindo. A experiência política de Isabel II, por exemplo, que ao longo de cinquenta anos conversou semanalmente com doze primeiros-ministros diferentes, de Churchill, que nasceu no século XIX [1874], a Cameron, que nasceu quase cem anos depois

[1966], é inatingível por qualquer presidente da república. Repare que, embora sem qualquer poder de facto, a Rainha tem um papel simbólico importantíssimo.

Como encarou o desafio que Paulo Teixeira Pinto lhe propôs para assumir a presidência da Causa Real?

Disse-lhe que não me achava capacitado, que não seria a pessoa certa. No entanto, a transformação da causa monárquica num movimento político foi muito bem concebida e posta em marcha pelo Paulo Teixeira Pinto, que tem uma ideia essencialmente funcional e muito pragmática em relação à Causa Real, que eu partilho inteiramente. Dito isto, e constituída a estrutura certa, a verdade é que temos tudo por fazer. É fundamental melhorar a coordenação e cooperação interna e consolidar a nova estrutura da Causa Real e das Reais Associações, de modo a potenciar a sua acção política a todos os níveis e a adesão de novos membros da causa monárquica, quer em Portugal quer no exterior. Ao mesmo tempo, seguindo uma estratégia delineada pela actual Direcção da Causa, que visa apresentar aos Portugueses uma alternativa política viável para Portugal assente numa Instituição Real, temo-nos dedicado ao desenvolvimento de um projecto de comunicação que é absolutamente fulcral para os nossos objectivos. Há muitos que querem ver resultados imediatos, mas para pormos esta nossa máquina a funcionar como deve ser, precisamos de tempo: estamos a correr uma maratona, não os cem metros...

O que relançou o movimento monárquico?

O centenário da república foi, sem dúvida, uma ocasião fundamental para desmistificar a

É fundamental melhorar a coordenação e cooperação interna e consolidar a nova estrutura da Causa Real e das Reais Associações

ENTREVISTA

Foram desenvolvidas com inteligência ações que trouxeram uma visibilidade à causa monárquica que ela nunca tinha tido

instituição real e o ideal monárquico. Não é insignificante o número de pessoas que hoje em dia se me confessam «menos republicanas», muito pela visibilidade dada aos vergonhosos acontecimentos da primeira república que veio desmistificar o ideário republicano e a chamada ética republicana, uma adjectivação que tem tanto de ideológico como de estúpido. Ao longo dos últimos dois anos o movimento monárquico e, em particular os representantes da Causa Real, tem aparecido em debates televisivos, na telefonia e em outros meios, a discutir a questão do regime. Mais: levámos o debate às escolas, aos liceus, onde se gerou um interesse imenso. Devo dizer que ainda estou para ouvir um argumento sensato que sustente o republicanismo, e custa-me continuar a ouvir argumentos contra a monarquia baseados em falácias e preconceitos. Foram desenvolvidos com inteligência um número de acções que, embora poucas, tiveram um impacto mediático para além de qualquer expectativa e trouxeram uma visibilidade à causa monárquica que ela nunca tinha tido. A troca da bandeira na Praça do Município em Lisboa em Agosto de 2009 mexeu, e mostrou que os monárquicos portugueses não são figuras do século XIX, saudosistas, agarradas de unhas e dentes ao antigamente, mas pessoas perfeitamente actuais, com senso de humor, viradas para o futuro. Aliás, tem havido uma grande adesão de jovens à causa monárquica e de pessoas que nada têm a ver com a visão estereótipa que existe em relação à nossa causa. O próprio Paulo Teixeira Pinto aparece com uma grande credibilidade pública, granjeada enquanto político, gestor e empresário, passando por isso uma forte mensagem ao afirmar-se como monárquico e como líder da Causa. Outros profissionais de reconhecido mérito que recentemente afirmaram a sua adesão à Causa também vieram ajudar a mudar a ideia estabelecida em relação aos monárquicos.

Qual o argumento político que podemos trazer para uma nação em crise?

Um nação em crise precisa, acima de tudo, de esperança. Um símbolo vivo que traduz continuidade e que, não estando na luta política, está mais propenso a assimilar o sofrimento do seu País, tem uma força que não se compara às melhores intenções de qualquer presidente da república. A monarquia é uma forma de regime mais natural, contrariando a artificialidade do regime republicano. Este procura sempre encontrar a melhor forma de estabelecer a ligação entre Chefia de Estado e povo que é perfeitamente natural no regime monárquico. Qualquer pessoa percebe a posição do Rei, qualquer pessoa, gostando ou não, vê no monarca um símbolo vivo da essência do seu país e do seu povo. É um símbolo aglutinador. Mesmo que um presidente faça um bom cargo, nunca está investido de igual dignidade e legitimidade e não acarreta de forma alguma a mesma ligação emocional que um povo desenvolve à volta da sua Família Real. Mais: a posição apartidária, ou suprapartidária, de um rei, que lhe garante uma verdadeira isenção política, é uma vantagem política facilmente perceptível. Daí advém em parte a predisposição para a maior estabilidade política do regime monárquico constitucional. Espanha, Bélgica e Inglaterra, por exemplo, também elas em época de crise, demonstram-no claramente. Mas penso também em mais-valias quantificáveis, que talvez sejam menos óbvias. Estou a desenvolver equipas de estudo para avaliar o impacto de uma monarquia constitucional na nossa economia, na salvaguarda do património e da cultura, ou na capacidade de diálogo transgeracional e transcontinental, principalmente com a diáspora portuguesa e os países lusófonos [v. *adiante*, p. 7]. O Senhor Dom Duarte, por exemplo, tem demonstrado as vantagens deste último, ao ponto de ter sido agraciado por Timor como cidadão daquele país, que penso ser um caso único. Anunciei também a constituição de uma comissão política que está a estudar a possível forma jurídico-constitucional de um regime monárquico em Portugal, com base nas nossas tradições e nos



exemplos vivos que são as monarquias modernas europeias.

Poderiam os monárquicos, como tais, ter uma intervenção mais visível na sociedade?

Neste momento, temos todos a obrigação de intervir na sociedade, sobretudo como portugueses. Estamos numa situação económico-financeira que tenderá a piorar no futuro próximo e que nos conduzirá a situações sociais cada vez mais preocupantes. Eu sou monárquico e acredito nos benefícios do regime monárquico constitucional para Portugal porque, acima de tudo, sou português. E é precisamente nestas alturas que aqueles que se dizem monárquicos devem dar o seu exemplo como portugueses. Temos que estar todos prontos a dar o nosso contributo. A sermos solidários com aqueles que nos rodeiam. Os nossos vizinhos, as nossas comunidades, não esquecendo as nossas obrigações perante o Estado. Não está na altura para a

demagogia fácil. E aventuro-me a fazer uma apelo aos monárquicos: juntem-se à Causa, dêem a cara, afirmem-se monárquicos porque acreditam no nosso País e porque estão prontos a dar o que for preciso para ajudar a reconstruí-lo.

ss.AA.RR. os Duques de Bragança têm dado um exemplo infatigável dessa solidariedade, tanto com a sua presença junto dos Portugueses como o seu trabalho em prol de variadíssimas causas humanitárias. Como instituição, a própria Causa Real também tem uma preocupação de solidariedade, e isso tem sido visível na acção local das Reais Associações. Este ano a Causa Real propõe entregar o lucro do chamado Jantar dos Conjurados, que recorda a reconquista da nossa independência em 1640, a uma obra de beneficência escolhida por ss.AA.RR.

Como vai a interacção entre as Reais Associações e a Causa Monárquica?

A Causa Real tem uma preocupação de solidariedade, e isso tem sido visível na acção local das Reais Associações

ENTREVISTA

Eu fiz um compromisso quando fui eleito em Maio, e tenho procurado visitar todas as Reais Associações para conhecer melhor a sua situação e as suas ideias, e para que haja uma comunicação melhor e contínua com a Causa Real. Há vantagens claras nisso. A nossa intervenção como monárquicos devia ser cada vez mais visível e tem de ter continuidade, tanto ao nível local como nacional, se não, de pouco vale.

A Real Associação de Viana de Castelo, por exemplo, nas últimas eleições teve o cuidado e a inteligência de escrever a todos os candidatos na sua região, procurando a posição de cada um em relação à monarquia. Este tipo de actuação devia ser automático por parte de todas as Reais Associações, e teria sido se já houvesse o nível de coordenação para que actualmente caminhamos. As Reais Associações têm um profundo conhecimento das realidades locais e óptimos acessos às estruturas políticas municipais, aos *media* regionais, etc.; estão por isso capacitadas para fazer política local.

Através das Reais Associações, a Causa Real terá também acesso facilitado aos monárquicos em todo o País, e no estrangeiro, e há um compromisso estatutário das Reais Associações de fornecer à Causa Real o censo actualizado dos seus membros. Estamos a actualizar e digitalizar toda essa documentação. É uma tarefa essencial, que ainda levará algum tempo.

Nos blogues e meios afins têm aparecido críticas, sugestões e até preocupações de milhares de portugueses que pensam como nós. Como responder a isso? Não deveriam esses monárquicos genuínos e generosos ser chamados a colaborar directamente?

Claro que sim. Vejo nisso uma oportunidade que não deve ser desperdiçada. Críticas construtivas são sempre bem-vindas e os seus proponentes também. Sabe que desde que tomei as rédeas da Causa já me chegaram meia-dúzia de ideias muito bem delineadas, algumas das quais totalmente em sintonia

com a nossa própria agenda e que gostaríamos de pôr em marcha? Em todos estes casos, convidei os proponentes a fazer parte ou mesmo liderar as equipas que levarão estas ideias para a frente.

Do que a Causa precisa realmente são recursos, tanto humanos como financeiros, sem eles não pode funcionar. Infelizmente, há muito poucos interessados em dar o corpo ao manifesto; eles falam, falam, falam, falam, mas... As Reais Associações, enquanto órgãos regionais da Causa, têm o trabalho duplo de angariar novos sócios e encaminhá-los para projectos que a Causa está a desenvolver. Com a alteração estatutário de 2009, os associados das Reais Associações são automaticamente associados da Causa Real. Mas não temos a pretensão de virmos a englobar todos os monárquicos debaixo da bandeira da Causa Real. Temos trabalhado, e bem, com grupos independentes de monárquicos, ajudando-nos mutuamente. Aliás, o facto de terem aparecido recentemente várias associações monárquicas revela não só um interesse crescente no tema, mas também a riqueza do regime que defendemos, que é multicultural, multiétnico e suprapartidário. Quer dentro, quer fora da Causa, há muito que se pode fazer. Os meios actualmente ao nosso alcance dão-nos possibilidades de comunicação extraordinárias. A plataforma web 2.0 é fundamental para nós e temos uma excelente equipa a desenvolver essa ferramenta para a Causa.

Aprovaria a formação de tendências monárquicas nos partidos políticos?

Sem dúvida. Há muitos políticos com convicção ou simpatia monárquica em todos os partidos da direita à esquerda. Repare que há pouco mais de 20 anos, o Conselho de Estado era maioritariamente monárquico! Se formos capazes de mostrar que há, de facto, uma alternativa de regime credível e que é apoiada por uma camada significativa da população, julgo que teremos uma adesão e uma visibilidade maior dessas tendências

As Reais Associações têm o trabalho duplo de angariar novos sócios e encaminhá-los para projectos que a Causa está a desenvolver

ENTREVISTA

monárquicas dentro dos partidos políticos. Mas olhe que a Causa Real não se limita a defender apenas a monarquia. Defende uma monarquia constitucional que se traduz num sistema político encimado pela Instituição Real. E é esta, na pessoa do Rei ou da Rainha, que garante uma maior estabilidade e uma maior transparência na representatividade política e entre os poderes legislativo e executivo. Há aqui muito tema de debate com os partidos políticos sem entrarmos na questão, *stricto sensu*, da monarquia.

Destaque três acções concretas para os oito meses que restam ao seu mandato actual.

É pouco tempo, mas há três acções prioritárias que temos vindo a desenvolver. Primeiro, a estratégia de comunicação que estamos a implementar. Baseada nas ferramentas da web 2.0, vai ajudar-nos a coordenar e gerir o movimento de uma forma mais eficaz, para facilitar e amplificar a comunicação da Causa Real com todos os Portugueses, monárquicos ou não, entre os quais importa destacar os emigrantes. Segundo, institucionalizar a cooperação e o diálogo contínuos com as nossas estruturas locais. Deixarão a Causa Real com uma estrutura nacional consolidada, agilizada, modernizada e dinâmica. Sem isto, a primeira nunca poderá funcionar bem! Terceiro, mais do que manter a chama acesa, queremos fazê-la brilhar! Vamos concretizar ao longo do ano iniciativas que eu acredito darão maior visibilidade pública à nossa Causa.

Em suma, apesar de termos apenas um ano, gostava no fim do mandato poder dizer que esta equipa pôs a funcionar a máquina que recebemos, com mais associados, com uma maior visibilidade, com uma credibilidade acrescida e com rumo ao futuro!

Entrevista de Duarte Calvão
e João Távora

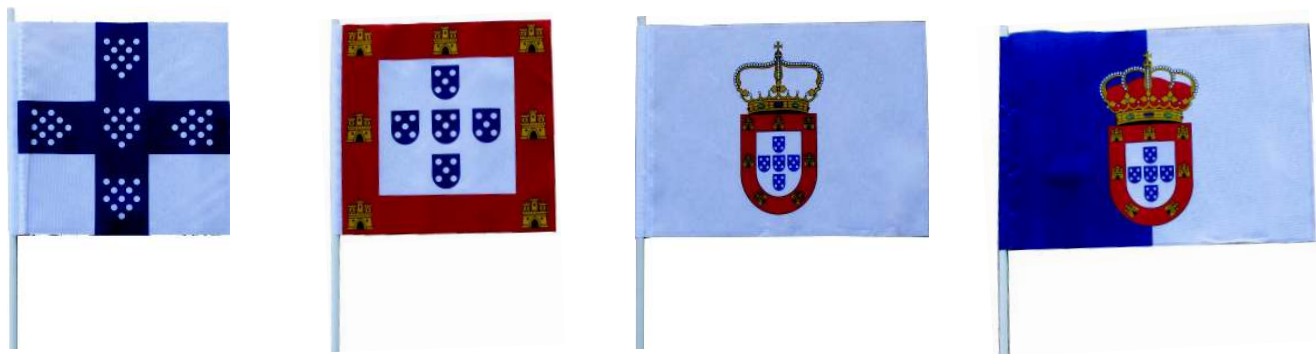
Grupos de trabalho político e económico

O Presidente da Causa Real, Luís Lavradio, anunciou a constituição de dois grupos de trabalho, um afecto à nova Comissão política e outro à Comissão Económica, que assinalou ser «da maior relevância para a Causa Real e o movimento monárquico em Portugal».

A Comissão Política, que conta com nomes reconhecidos das áreas jurídica, constitucional, histórica, política e académica, alguns dos quais já ligados à Causa Real, visa concretizar um conjunto de análises centradas quer na tradição monárquica portuguesa e na nossa realidade jurídico-constitucional, quer nos alicerces constitucionais das monarquias europeias modernas. A Causa Real procura assim criar uma base para determinar os passos necessários para a transição para uma monarquia constitucional em Portugal e para o bom funcionamento da mesma. Ao mesmo tempo, pretende apresentar uma proposta para a renovação e reestruturação do sistema político e constitucional português, tendo como objectivo reforçar as vantagens que a Instituição Real poderá aportar a um regime parlamentar, características de uma monarquia constitucional moderna, nomeadamente a transparência, a responsabilização e a estabilidade.

Luís Lavradio avançou também com a notícia da constituição de uma Comissão Económica, que irá desenvolver uma análise de custo-benefício em relação a uma monarquia constitucional em Portugal. Lembrou-nos que «o custo da Chefia de Estado, embora importante não é, per se, a questão central. É preciso entender os benefícios que uma Chefia de Estado oferece a um país. O facto de a Família Real em Espanha custar aos espanhóis metade do custo da nossa Presidência da República não é um factor determinante. Mais importante é o seu benefício económico que é, pelo menos em grande parte, quantificável. Neste caso, não só o regime monárquico é mais barato, como tem um efeito directo, positivo no PIB espanhol.»

A web 2.0 vai ajudar-nos a gerir o movimento de uma forma mais eficaz, para facilitar a comunicação da Causa Real com todos os Portugueses, entre os quais importa destacar os emigrantes



Nova série de bandeirolas, 14 x 14 cm e 14 x 21 cm. Individual 4 euros, conjunto 11 euros

Loja online da Real Associação de Lisboa

www.reallisboa.pt

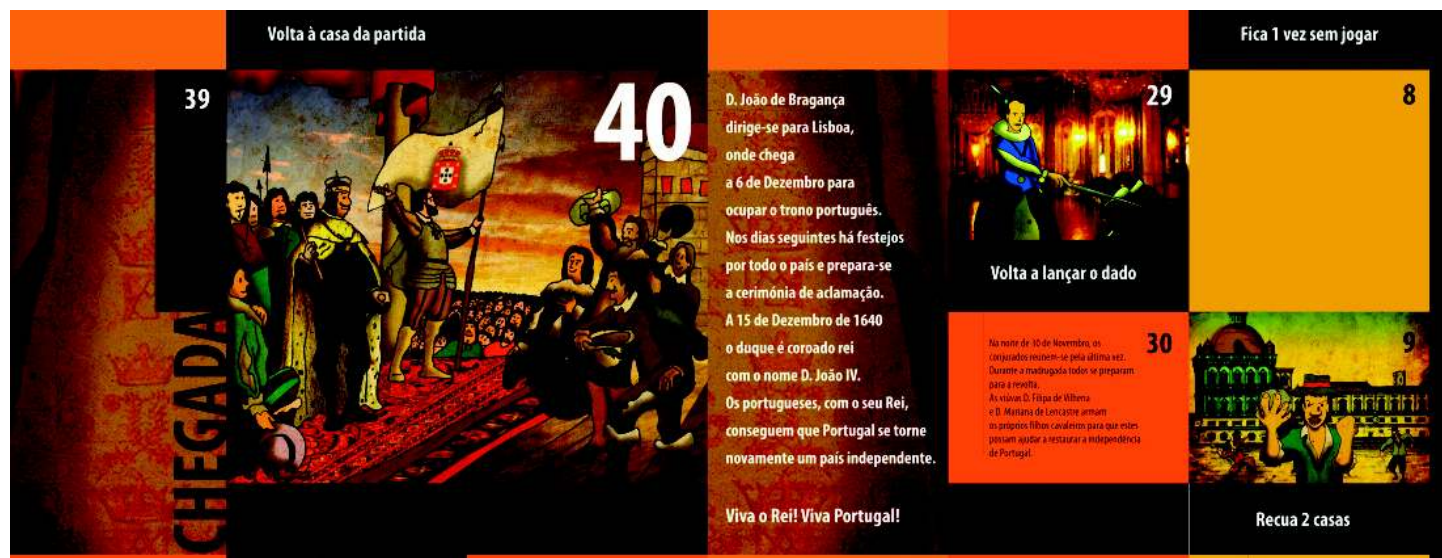
Prepare já as suas compras.
Portes postais nacionais incluídos.

Chapéu de chuva azul com
armas reais estilizadas
17,5 euros



T-shirt da Fundação de Portugal: 5 de Outubro de 1143. 8,5 euros

O Jogo da Restauração, para pais, filhos e avós, num elegante tabuleiro ilustrado. 15 euros



Cultura de serviço

Samuel de Paiva Pires

samuelpires@gmail.com

A democracia é, como se costuma dizer, o pior regime exceptuando todos os outros. É naturalmente melhor do que qualquer regime oligárquico, tirânico ou autoritário. Na sua acepção ideal, tem como grandes virtudes a liberdade de expressão, a aspiração à difusão de oportunidades e igualdade no acesso à educação, permitindo ainda aos indivíduos e à sociedade civil ter um papel determinante na condução da política e da vida pública, ao passo que o aparelho estatal assenta teoricamente numa separação de poderes e num sistema de *checks and balances* como forma de evitar que exista qualquer poder incontrolado, porque, como ensinou Karl Popper, o importante em democracia não é saber quem manda mas como controlar o poder de quem manda.

Porém, a democracia tem o condão de poder degenerar, tal como tem vindo a acontecer em Portugal, numa ditadura da maioria (a mais das vezes medíocre, bastando olhar para os imensos exemplos de políticos portugueses) e num regime tendencialmente oligárquico – confirmando a Lei de Ferro da Oligarquia, formulada por Robert Michels – subjugado por interesses mais ou menos desconhecidos – as coligações de interesses organizados que Friedrich A. Hayek apontava como um dos factores responsáveis pela perversão da democracia.

O regime actual padece de graves falhas que ao nível político estão cada vez mais visíveis, funcionando cada vez pior. Desde logo, a arquitectura do aparelho estatal, com um regime híbrido e com poderes muito pouco separados, contando com um presidente da república com poucos poderes, um primeiro-ministro que é sempre um potencial ditador se tiver uma maioria parlamentar absoluta, um parlamento com deputados completa-

mente reféns dos partidos pelos quais são eleitos – e que mais não é do que a casa, não da democracia, mas da falta de sentido de estado e ausência de dedicação à causa pública, sem falar no cada vez mais kafkiano sistema de justiça.

Os partidos políticos, por seu lado, tornaram-se reféns das coligações de interesses organizados com as quais os políticos são forçados a negociar e das quais depende em grande medida o seu apoio e sustentação política, ocorrendo uma distorção do que deve ser o interesse público, na medida em que os partidos não estão unidos por verdadeiros princípios políticos e sujeitam-se aos interesses dos grupos de pressão que são efectivamente capazes de se organizar a ponto de preponderarem sobre outros que não se conseguem organizar de forma tão eficaz. Isto distorce a alocação de recursos, que é feita pelo poder político sem quaisquer referências a princípios de justiça, igualdade ou eficiência, consubstanciando o que José Adelino Maltez costuma referir como uma economia privada sem economia de mercado.

A virtude da democracia é refrear os ímpetos autoritários e ditatoriais, aceitando e defendendo o conflito e institucionalizando regras para este. A negociação e o compromisso têm de ser constantes em qualquer democracia saudável. Em Portugal, contudo, os políticos preferem não ter freios ao poder, impor as suas opiniões e decisões pela força da soberania popular expressa nos actos eleitorais e governar como se fossem ditadores – tudo em nome da estabilidade e da governabilidade, como se fosse possível eliminar a instabilidade e o conflito inerentes à democracia.

Temos assim um ambiente político exasperante, em que a política é encarada como

O regime actual padece de graves falhas que ao nível político estão cada vez mais visíveis, funcionando cada vez pior



o futebol, com clubes e as suas respectivas claque compostas por elementos que, na sua esmagadora maioria, se preocupam essencialmente com a baixa política intriguista e interesses que pouco ou nada têm a ver com a causa pública. Falta-nos uma cultura de serviço, que nos permita transcender-nos no que à governação diz respeito, fazendo cumprir Portugal através da prossecução de uma política assente no respeito por todos os portugueses e não apenas por interesses que distorcem o funcionamento da democracia, colocando-a em causa. Não podendo enveredar por uma nova campanha de Descobri-

mentos, tendo sido a religião arredada do espaço público em virtude do jacobinismo republicano que grassa desde a Primeira República, apenas uma mudança política pode revitalizar moralmente o País e contribuir para uma substancial regeneração do mesmo: a restauração da monarquia. Só esta permitirá que nos sintamos mais coesos enquanto nação, e que tenhamos verdadeiramente um espírito de missão na prossecução das nossas vidas, com a certeza de contribuirmos para algo muito superior a qualquer um de nós mas, contudo, essencial para as nossas vidas e para o País.



PROPONHA-NOS AS SUAS REFLEXÕES

As páginas de Opinião e Debate do «Correio Real» estão abertas à colaboração dos sócios da Real Associação de Lisboa

História como estratégia

Carlos Bobone

clbobone@gmail.com

Numa sociedade que se deleita tomando-se a si mesma por objecto de estudo e perplexidade, como aquela em que vivemos, sente-se a falta de um largo inquérito que revele o ressurgir do passado na vida política contemporânea.

O discurso político, deslumbrado com o brilho da modernidade, prefere alimentar a ilusão de que o homem de hoje vive num mundo à parte, elevado pelas proezas da tecnologia a tão elevados cumes de civilização, que se desfizeram em pó todas as suas amarras ao passado. Supõe-se, então, que nada lhe pode interessar tanto como começar e acabar cada debate com os olhos postos no futuro. Lisongeiam-se os eleitores com a repetida afirmação de que o futuro, com todas as suas maravilhas, é o único tema merecedor da atenção do homem evoluído, como se fosse possível conceber um perfil dos dias futuros sem os assentar numa perspectiva do passado. Criou-se, assim, a presunção de que não subsistem, na sociedade contemporânea, laços que a prendam ao passado, e daí se pôde concluir que a história ficou reduzida ao papel de uma inocente distração, cultivada por tranquila curiosidade no sossego dos momentos ociosos. Imagina-se que só uma pequena franja de inadaptados pode ainda conferir importância a tradições históricas. E quando se pensa neles, desenha-se uma imagem completa: vivendo à margem da sociedade, agarrados aos fastos de outros tempos, presos a memórias do passado, voltados para trás, incapazes de perceberem que o mundo não voltará a ser como era. Tal é o estatuto atribuído aos grupos monárquicos ou conservadores, equiparados, na moderna propaganda política, ao Velho do Restelo, venerando e eloquente sábio que é apontado por padrão e modelo de quantos se recusam a acompanhar

a marcha triunfal do progresso.

E uma vez que o apego à história passa, no vocabulário político mais corrente, por apanágio das correntes monárquicas, tradicionalistas ou conservadoras, tornou-se um lugar-comum censurá-las asperamente pela sua «cegueira» e «teimosia», por não quererem ver que o mundo mudou e que todas as tradições estão condenadas à extinção. Tão repetidas e vigorosas censuras, apesar do seu frágil conteúdo filosófico, acabaram surtindo efeito, e os militantes destas correntes ideológicas viram-se na necessidade de produzir calorosas declarações de amor ao mundo moderno e ao tão recomendado futuro. Despojados do direito à história, desejosos de se descolarem do rótulo de passadistas ou saudosistas, viram-se coagidos ao uso de uma linguagem que não contribuiu para aclarar os seus projectos políticos.

Deve notar-se, porém, que o discurso anti-histórico ocupa apenas a mais fina crosta do discurso político, aquela que é destinada ao consumo imediato e massificado. Assim que se entra numa esfera minimamente elevada e reflectida do debate ideológico, salta à vista a concentração dos recursos intelectuais na análise do processo histórico. Nesse domínio parece haver uma feroz competição para decidir qual das ideologias em conflito se apodera com mais vigorosa argumentação dos dados da história, convocando-os para prova da convergência dos tempos numa única direcção possível.

A leitura e interpretação das idades históricas encontra-se no cerne de todas as ideologias políticas, desde o «século das luzes». Todos os futurismos, todos os profetismos políticos ou sociais invocaram a seu favor o testemunho da história, e não como testemunha secundária ou complementar, mas como

A história ficou reduzida ao papel de inocente distração, cultivada por tranquila curiosidade no sossego dos momentos ociosos

OPINIÃO E DEBATE

portadora da revelação decisiva e primordial. E quanto mais revolucionária a ideologia, tanto mais forte o seu apelo ao argumento histórico. A causa desta aparente contradição não reside no prestígio do paradoxo. O que o pensamento revolucionário descobriu foi que, para subverter um sistema social enraizado no tempo e nas consciências, é preciso dar a conhecer o seu carácter histórico e transitório, mostrando que a ordem existente faz parte de um processo em evolução, e não está destinada a perdurar para sempre. Desvendar o fundo histórico de um regime é mostrá-lo associado a circunstâncias particulares que justificaram o seu aparecimento e que, alterando-se, ditarão o seu fim.

Requerendo, pois, a caução da história, todos aqueles que quiseram encabeçar insurreições políticas, filosóficas, científicas ou morais, tornaram-se vasculhadores do passado, historiadores, arqueólogos, genealogistas. Procuraram a «origem e o fundamento da desigualdade» (Rousseau), a «origem da família, da propriedade e do estado» (Engels), a «origem das espécies» (Darwin) ou a «genealogia da moral» (Nietzsche). Mergulharam a cultura moderna numa incessante busca genealógica, à procura de raízes legítimas e de direcções promissoras. Foram buscar aos «ventos da história», às «grandes correntes da história universal» e às «tendências do nosso tempo» a autoridade moral que nos séculos anteriores se procurava na religião revelada, para impor no debate ideológico o peso de uma força superior à razão humana, e contra a qual toda a resistência seria vã.

Daqui nasceu o hábito, muito popularizado desde a revolução francesa, de condenar a inútil resistência de todos os que se obstinavam em conservar ou até restaurar, no todo ou em parte, as estruturas sociais ou políticas derrubadas por tão poderosas forças como as do processo histórico. Subalternizou-se a velha forma de fazer política, descrevendo os vários tipos de regimes e comparando-os nas suas virtudes ou nos seus defeitos. A política moderna fez-se sobretudo invocando os

novos tempos, a força imparável do progresso e a irremediável decadência de quem se pusesse à margem de tão prodigioso movimento.

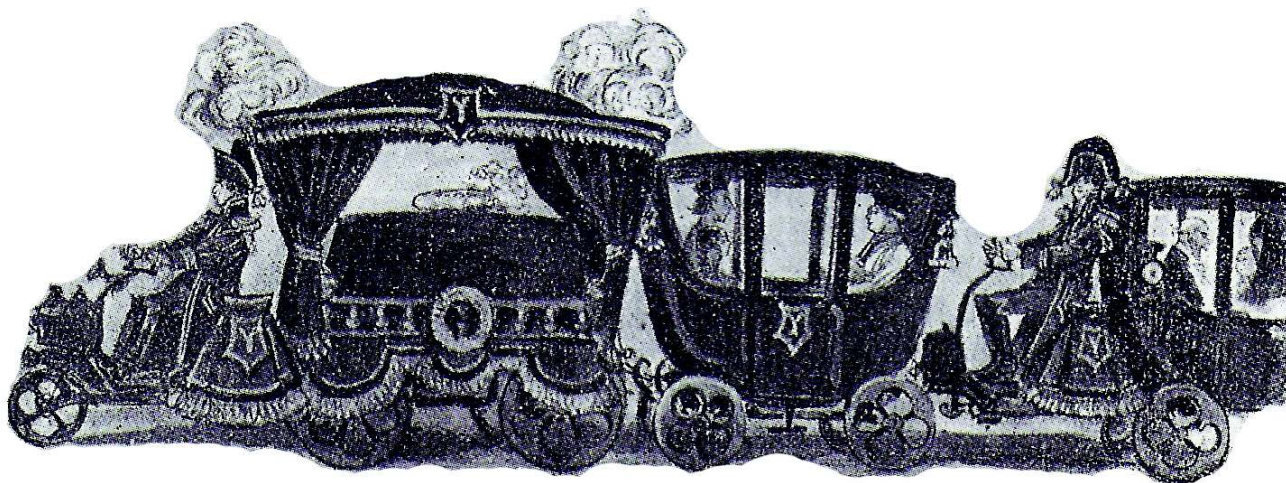
A controvérsia ideológica extravasou do campo da argumentação directa e foi procurar noutros domínios o apoio poderoso da imagem, da sugestão, do estereótipo literário. A literatura do século XIX esmerou-se na criação do figurino que pretendeu fixar como o modelo do vencido: a figura do velho fidalgo legitimista, isolado no seu velho solar em ruínas, preso a memórias do passado, longe do movimento da civilização e de costas voltadas para esta, preenche boa parte da literatura europeia no século XIX, e tem um lugar particularmente espaçoso na portuguesa.

É raro o romancista, novelista ou dramaturgo do nosso oitocentismo literário que não tenha criado um fidalgo com estes contornos, tratando-o por vezes com respeito ou até com deferência, mas retirando-lhe sempre qualquer sombra de eficácia no combate das ideias, fazendo sempre dele um derrotado por excelência.

O Caetano da Maia de *Os Maias*, o D. Galeão de *A Cidade e as Serras*, o D. Luís Negrão de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, o Bártolo de Briteiros de *Agulha em Palheiro*, o Calisto Elói de *A Queda dum Anjo*, são exemplos vivos do esforço que a imaginação do constitucionalismo português empregou para se livrar de um vulto incómodo, castigando-o com todos os sinais da derrota e sugerindo que havia um único modo de ser legitimista: isolado, esquecido, sem poder nem influência, entregue a um ócio rancoroso, acobertando-se na única virtude que lhe sobrava: a sua teimosa fidelidade a um mundo irremediavelmente perdido.

Nem a sua força de carácter lhe servia: *A Queda dum Anjo* [1866], um dos mais aclamados romances de Camilo, pretende provar que, arrancado ao seu ambiente natural, transposto para a cidade, este figurino fica sujeito à corrupção, perde a sua conhecida inte-

Mergulharam a cultura moderna numa incessante busca genealógica, à procura de raízes legítimas



O homem «moderno» antecipa o futuro com os olhos no passado

«Cortejo fúnebre eléctrico».

In Carlos Bobone, *O Futuro dos Nossos Avós*, Lisboa: Bizantina, 1991.

gridade e acaba chafurdando na lama da intriga parlamentar e da infidelidade conjugal.

Esta subordinação do debate ideológico a modelos literários, que procuram lançar o anátema moral sobre opiniões presumivelmente antiquadas, significou a derrota do projecto iluminista, que visava libertar o espírito humano de todas as tutelas e devolver à razão individual a iniciativa do julgamento. Derrota tanto mais amarga quanto foi infligida pelos próprios herdeiros do «espírito das luzes» que, apenas se viram livres da tutela religiosa, correram a procurar nova tutela, trocando a superstição tradicional pela superstição progressista, com o mesmo carácter místico e igualmente avessa à argumentação racional. À sombra dos futuros vaticinados, desabrochou a mais acolhedora credence. A única forma de tradicionalismo que encontrou acolhimento neste ambiente cultural foi a que se apresentou sob as vestes do conhecimento hermético, envolta na linguagem do ocultismo e invocando a sabedoria secreta das sociedades iniciáticas.

A cultura de massas foi terreno fértil para o desabrochar de todas as superstições intelectuais, pregadas pelos detentores do novo poder espiritual, que conquistaram o estatuto de verdadeiros profetas. Algumas vozes isola-

das, como as de Julien Benda, Raymond Aron e Karl Popper, denunciaram o carácter coercivo e intimidatório deste uso e abuso do argumento histórico, a que o último deles deu o nome de «historicismo». Em obras de grande fôlego ideológico, como «a traição dos intelectuais», «o ópio dos intelectuais», «a pobreza do historicismo» e «a sociedade aberta e os seus inimigos», os filósofos da democracia liberal tentaram libertar o debate político do excessivo peso da argumentação histórico-profética, futurista e progressista. Batendo-se pela restauração da racionalidade iluminista, expuseram com vigor a impossibilidade de formular leis da evolução da humanidade, e a importância de deixar em aberto, à mercê da liberdade de escolha, o perfil da sociedade futura. Mas também eles se deixaram seduzir pelo prestígio do argumento evolucionista, e puseram a sua crítica sob a égide da «sociedade aberta», correspondente ao grau mais complexo e avançado da civilização, enquanto distribuíam aos seus adversários o papel de últimos arautos da «sociedade fechada», a forma mais simples e arcaica de vida colectiva.

Chegamos assim ao ponto em que se encontra a cultura política contemporânea. Saturada de argumentação histórica, mesmo

*À sombra
dos futuros
vaticinados,
desabrochou
a mais
acolhedora
credence*

OPINIÃO E DEBATE

naqueles círculos que a rejeitam, mas severamente oposta ao «passadismo» e «saudosismo» dos monárquicos e conservadores, os únicos a quem não se reconhece o direito à história.

Um ambiente de tão pesada censura tem obstado a que, nos movimentos deste cariz, se produza a reflexão sobre o papel de primeiro plano que a leitura da história desempenha em qualquer estratégia política. Não sendo necessário formular leis tão rigorosas e infalíveis como as que o materialismo dialéctico serviu aos seus crentes, a verdade é que qualquer grupo político ganha em consistência e convicção se souber enquadrar as suas opções numa linha de reflexão e debate com fundas raízes no tempo. O combate político é hoje, em grande medida, travado num plano em que se confrontam questões morais e culturais, prolongando venerandas e antigas controvérsias. Identificar e adoptar a sua linhagem político-cultural, defendê-la nas suas encarnações históricas, é um poderoso reforço para qualquer agrupamento político. A formulação desta necessidade encontra-se aproximadamente expressa numa frase que nos últimos anos encontrou grande acolhimento entre o público consumidor de literatura sensacionalista e de revisionismos históricos: «A história é sempre contada pelos vencedores.»

Afirmção que não condiz inteiramente com a verdade, pois existem vários momentos históricos que chegaram ao nosso conhecimento na versão dos vencidos, exprime, no entanto, a intuição da necessidade que sentem os poderes em conflito, de se apoderarem de uma versão da história, para reforço da autoridade que cobiçam. Conhecemos, no decorrer dos tempos, povos ou grupos que contaram as suas derrotas com mais eloquência e riqueza de pormenores do que se fossem vencedores. Na antiguidade, o frágil estado erguido pelos Hebreus esteve constantemente sujeito a invasões e opressões dos povos vizinhos, e os desaires do povo eleito são-nos mais conhecidos pelos seus lamentos do que

pelos hinos triunfais dos vencedores. Houve também vencidos que captaram a simpatia dos vencedores, e por isso o mundo conheceu a destruição dos índios da América Espanhola pelo relato do seu fogoso defensor, o padre Bartolomé de las Casas, que espalhou pelos quatro cantos da terra o seu revoltado testemunho. Poderíamos, pois, corrigir a nossa afirmação dizendo que a história não é sempre contada pelos vencedores, mas aqueles que souberam contar a história tornaram-se vencedores. No caso do povo hebreu, é patente a força que retirou da circunstância de em todos os momentos do seu acidentado percurso ter encontrado um profeta capaz de lembrar, em forma literária inspirada, os altos e baixos da história daquele povo, ensinando-lhe que todas as derrotas se deviam a infidelidades religiosas e todas as vitórias ao estrito cumprimento dos deveres da sagrada aliança. Na repetição deste ensinamento histórico encontraram os Israelitas a fé na sua identidade de povo eleito e a orgulhosa força que os tornou imunes a todas as desgraças.

Os últimos desenvolvimentos da constelação política, nas sociedades da era cibernáutica, confirmam a força conferida pela história aos grupos que se apropriam de parcelas do passado. A autoridade moral e a protecção especial reconhecidas aos grupos minoritários, que reclamam a herança das categorias humanas oprimidas ao longo dos séculos, mostra que os sucessores reais ou imaginários de escravos, judeus, homossexuais, emigrantes, operários ou outras classes agredidas em tempos idos, souberam colher o fruto da indignação que a injustiça provoca, mesmo a título póstumo. Explorar a memória do sofrimento e da injustiça faz parte do arsenal político europeu desde o tempo dos primeiros mártires cristãos e ocupa lugar de relevo em todo o espectro da política contemporânea, desde o movimento operário, que escolheu para seu dia de festa o 1.º de Maio, data do morticínio de trabalhadores em Chicago, até ao movimento sionista, que explora habilmente as perseguições ao povo de Israel.

Até o positivismo republicano, que tanto se esmerou a denegrir o passado da monarquia portuguesa, reservou um lugar de honra às comemorações centenárias

Pela nossa liberdade

Nuno Pombo

nppombo@hotmail.com

Na tradição política portuguesa, hoje um tanto esbatida pelos fumos prestigosos do europeísmo, o lugar da história na psicologia colectiva foi sempre tomado em alta conta, mesmo pelos que quiseram minimizar a sua influência. Até o positivismo republicano, que tanto se esmerou a denegrir o passado da monarquia portuguesa, reservou um lugar de honra às comemorações centenárias, que destinava ao importante papel de «síntese afectiva do povo português», equiparando-as quase a uma nova religião.

Por multiplicados caminhos, como se vê, as leituras e releituras da história alimentam todo o debate de ideias no nosso tempo. Vivemos a época da consciência histórica, onde tudo nos lembra que a data em que viemos ao mundo afecta por vários modos a nossa existência.

Não há motivos para nos mostrarmos desprendidos do passado, mas sim para explorarmos o vasto campo que ele abre à estratégia monárquica, desde que se perceba que a inspiração tradicionalista, a força vivificante da história, não fere em nada o estatuto de uma corrente ideológica que se pretende moderna e virada para o futuro.

De quando em vez, obedecendo a critérios de oportunidade nem sempre descortináveis e consensuais, o presidente da república, por outra via que não o *facebook*, decide oferecer a sua autoridade aos Portugueses. Ele já tinha avisado. Já tinha dito. Já tinha denunciado. Admito que sim. Houve quem tivesse avisado, dito e denunciado. Mas sinceramente não me lembro de ouvir a voz do senhor presidente. Aliás, desde os tristemente famosos casos das escutas e do estatuto dos Açores que me pergunto se vale a pena seguir o raciocínio presidencial. É como aquela de chamar a atenção para a necessidade de nos voltarmos para o mar depois de ter promovido, anos antes, o abate da nossa frota pesqueira. Os que não têm vergonha só existem politicamente porque há os que não têm memória. A própria república, enquanto regime, é prenhe destes absurdos. Fala-se dela, homenageando a liberdade, quando devíamos saber que ela foi um retrocesso democrático. A república é, neste sentido, das maiores farsas dos últimos 100 anos. E árvores que não são boas não podem dar frutos bons.

É evidente que o sistema republicano não é o culpado de todos os males que vivemos. Mas também é certo que não é irrelevante a forma como se organizam os Estados. A república, respaldada na pretensa superioridade ética do voto directo e universal, vive da transitoriedade. Do efémero. Da ausência de memória. Semeia a fractura, o divisionismo, a suspeita, a reserva mental. A tática da sobrevivência. Deixa-se minar pelo compadrio e aceita sufocar-se pelas clientelas.

A instituição real, por seu lado, umbilicalmente ancorada na raiz da nacionalidade, faz parte integrante da essência do que é permanente. Da continuidade. Potencia a união, promove a harmonia e facilita a concórdia.

A república foi um retrocesso democrático, e uma das maiores farsas dos últimos 100 anos. E árvores que não são boas não podem dar frutos bons



TAMBÉM EM PDF

Todos os números do «Correio Real» estão em www.reallisboa.pt

OPINIÃO E DEBATE

É alheia aos apetites dos que vivem dos favores públicos. O Rei, encarnando a sua missão histórica, assume uma legitimidade muito própria e diversa da que anima os demais órgãos do Estado. É, por força dessa mesma legitimidade, completamente livre. Não precisa de afinar pelo diapasão dos partidos. Não depende deles e tem um horizonte de magistério que lhe permite libertar-se da conjuntura. Neste sentido, a instituição real é o garante último da nossa existência, da estabilidade e de uma perspectiva de futuro.

As marcas distintivas da chefia monárquica do Estado são particularmente relevantes no actual contexto conjuntural. Agora, melhor se percebe a vantagem que uma genuína independência apresenta face ao que me parece ser um mero reflexo formal dela. Por muito que ambicione a neutralidade, o presidente da república é fruto do jogo partidário. Emerge dessas lutas. E esse é o seu pecado original. Sempre haverá quem veja nas decisões presidenciais e nas suas tomadas de posição um frete aos amigos de sempre ou uma traição. Com o actual panorama, não é difícil conceber cenários em que seria imprescindível a superior autoridade do chefe do Estado. Ora, o presidente da república, seja ele quem for, não a tem. Não tem autoridade nem a podia ter. É a genética eleitoral que a impede. De certo modo, o maior inimigo da propalada ética republicana é a própria república.

No topo da hierarquia institucional do Estado deve figurar quem pode afirmar-se independente. Quem possa exibir uma independência que lhe vem de uma legitimidade verdadeiramente nacional. Quem não se deixe afogar no pântano em que se podem tornar as vontades de facção. Não tenhamos dúvidas: um chefe de Estado que não emirja de voláteis maiorias episódicas é um chefe de Estado mais forte, mais credível e que pode exercer com maior e mais qualificada autoridade a sua magistratura. Um chefe de Estado que não está preso à conjuntura é livre. E sendo o Rei livre, está também garantida a nossa liberdade.

Esclarecimento

Recebi a propósito do meu artigo «Quer mesmo ficar sentado?» publicado no último número deste *Correio Real*, um desabafo de um nosso associado que, pela sua pertinência, aqui dou devida nota. Estranhou o leitor, médico do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que eu terminasse o texto com a frase «Ou vêm médicos estrangeiros salvar-nos ou morremos sentados numa cadeira de pau à espera de uma consulta». Quero esclarecer o sentido e alcance daquela afirmação. Ela não tinha por objectivo pôr em causa o SNS nem, muito menos, descredibilizar os profissionais que nele prestam serviços.

O texto em causa tem, como pano de fundo, a intervenção estrangeira de que somos beneficiários ou vítimas, consoante a perspectiva. O que quis sublinhar foi o facto de estarmos sempre mais dispostos a aceitar o que vem de fora do que em buscar soluções internas para os nossos problemas. Aceitamos da dita *troika* coisas que nunca seriam aceites se fossem propostas pelo Governo, sem mais. Nem, na verdade, Governo que as propusesse continuaria a sê-lo por muito tempo...

Coincidiu a redacção daquele meu texto com a notícia da vinda de médicos estrangeiros, alguns que nem portugueses sabiam falar, para «tratarem da nossa saúde». Achei a iniciativa ridícula. Lá vi eu uma nova *troika*, agora de bata e seringa em punho, a resolver o nosso problema da saúde, como se nós, com os profissionais que temos, não tivéssemos assistência bastante ou capacidade de melhorar o que está mal. No fundo, tentava ironizar: vem a *troika* mandar nas nossas finanças e vêm 30 médicos sul-americanos pôr o SNS na ordem. Dá a ideia de que se a *troika* não viesse, o país desapareceria. Da mesma maneira, parece que se não viessem estes médicos estrangeiros, morreríamos «sentados numa cadeira de pau à espera de uma consulta».

*Não é difícil
conceber
cenários em
que seria
imprescindível a
superior
autoridade
do chefe do
Estado.
Ora, o presidente da
república
não a tem.
É a genética
eleitoral que
a impede*

Uma causa política

João Távora

joao.lancastre.tavora@gmail.com

Há uns anos, o republicano José Ribeiro e Castro considerava constituir um incalculável privilégio para um país com a nossa história, mais ainda quando ameaçado por uma sinistra crise de soberania nacional, possuir uma tão venerável quanto unânime Casa Real. Apesar da improvável origem destas sábias declarações, essa é a mais preciosa motivação para a minha militância monárquica. Trata-se de uma mensagem sobre Esperança. Um país com quase 900 anos de história bem merece exibir no topo da pirâmide do Estado uma isenta instituição transgeracional, exclusivamente vocacionada para o serviço público, contribuindo para a materialização de uma Nação una e para a conciliação dos interesses, facções e corporações que se digladiam, organizadas em inevitáveis «partes» e «partidos».

Tamanha tarefa choca com a incontornável realidade: destituídas de recursos materiais e humanos, as estruturas da Causa Real, salvo honrosas excepções, roçam a inexistência ou cristalizaram-se numa espécie de clubes privados inactivos, no melhor dos casos especializados em jantares, efemérides históricas e cerimónias religiosas.

Para começarmos a contrariar esta lógica de morte, temos de entender a Causa Real como uma organização *intrinsecamente política*. É como tal que deveria ser assumida pelos seus líderes que, para todos os efeitos, deverão assumir-se também como políticos. Mas acontece que as Reais Associações não têm militantes, têm sócios, e, ainda por cima, difíceis de mobilizar para este ambicioso projecto: promover eficazmente a utilidade, notoriedade e reputação da sua Casa Real.

Urge alterar as nossas prioridades para uma intervenção aglutinadora de ideias e para a disputa do espaço mediático, seja ele analógico ou digital, físico ou virtual. A nossa prio-

ridade não é convencer os monárquicos a serem mais monárquicos, mas cativar o homem da rua que hesita entre a simpatia e o preconceito, usando uma mensagem clara e atractiva.

Compete às Reais Associações imiscuírem-se nas discussões económicas, nas questões políticas candentes do País que é de todos nós. É paradigmática a facilidade com que juntamos 800 almas num jantar elegante à volta da Família Real, mas somos incapazes de reunir 30 militantes para discutir a actualidade política. Não animamos um núcleo estudantil, não temos voz nos partidos. É irónico como enchamos igrejas pelo menos duas vezes por ano, mas não juntamos três bandeiras da monarquia num jogo da selecção nacional de futebol, para atrair a atenção do cidadão comum. A pergunta que sobeja é esta: *Está a nossa organização condenada à irrelevância de um grupo de patuscos saudosistas? Que mudanças organizacionais são necessárias para inverter este declínio?*

Há três anos consecutivos que a Causa Real disputa com considerável sucesso o palco político proporcionado pelo 5 de Outubro, granjeando protagonismo nos telejornais, imprensa e rádios, nacionais e regionais. Além disso, anunciou a criação de dois grupos de trabalho, a Comissão Política e a Comissão Económica, para reforçar a sua componente política e substanciar o argumentário económico-financeiro de restauração da Instituição Real. Num panorama de profundas dificuldades, estes são pequenos passos, animadores sinais de uma Causa Real que ambiciona extravasar a sua irrelevância, ou a pontual presença nas revistas cor-de-rosa, para o terreno que é o seu por natureza e obrigação: o político, o da conquista dum futuro de esperança para Portugal.

Para começar a contrariar essa lógica de morte, temos de entender a Causa Real como uma organização política, e os seus líderes como políticos

A nossa prioridade é cativar o homem da rua que hesita entre a simpatia e o preconceito

«A sustentabilidade do País não está a ser discutida»

Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles

Ele próprio uma força da natureza, aos 89 anos Gonçalo Ribeiro Telles continua activo e atento aos problemas no nosso País, e muito preocupado com a falta de debate sobre o que verdadeiramente importa. «A utopia e os pés na terra», título de um livro que o Museu de Évora lhe dedicou em 2003, reunindo alguns dos seus escritos, condiz na perfeição com o espírito deste Mestre que tanto dignifica a causa monárquica e que tivemos o prazer e a honra de ouvir uma vez mais.

A reforma administrativa proposta pela troika quer reduzir o número de municípios portugueses e agregar juntas de freguesias. Que pensa disso?

A administração pública deveria corresponder à realidade física e histórica das regiões naturais

Cortes geométricos feitos em função da população não têm a mínima sustentação, e essa reforma administrativa de nada valerá se não for ao cerne do problema. É que tudo isso tem de partir de uma verdade, que é a das nossas regiões naturais e históricas. A História conta muito...

Foi o que propusemos em 1982 [*Regionalização: uma proposta do Partido Popular Monárquico*, 17 pp.]: reunir os concelhos actuais em 50 regiões naturais, organizadas em 15 confederações de municípios no Portugal continental. Regiões naturais: Alto Minho, Lima, Cávado, Ave, Sousa, Alto Tâmega, Terra Fria, Terra Quente, Miranda, Baixo Tâmega, Panoias, Douro Sul, Alto Douro, Baixo Vouga, Gândaras, Bairrada, Baixo Mondego, Leiria, Viseu, Dão, Arganil, Serra, Guarda, Pinhal da Beira, Alto Mondego, Castelo Branco, Extremadura, Santarém, Tomar, Borda d'Água Ribatejana, Abrantes, Sorraia, Portalegre, Avis, Caia, Évora, Estremoz, Alentejo litoral, Portel, Beja, Guadiana, Algarve, Termo de Lisboa, Outra

Banda, Baixo Sado, Terras de Santa Maria, Gaia, Porto-cidade, Maia, Vila do Conde e Póvoa do Varzim. E como confederações, ou regiões administrativas: Minho, Trás-os-Montes, Douro, Litoral atlântico, Beira Alta, Beira Interior, Beira Baixa, Extremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Alentejo central, Baixo Alentejo, Algarve, área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto.

As regiões naturais estão estabelecidas em função do povoamento, da defesa dos solos agrícolas e das reservas naturais. São definidas por condicionalismos mesológicos e biológicos. São elas que devem comandar os municípios, para que haja independência na rede de aldeias e lugares, e abastecimento de proximidade de frescos, carne e leite. As bacias hidrográficas são, digamos assim, a cosedura natural dos municípios. As confederações facilitam os transportes, a administração, etc.

O agrupamento das juntas de freguesias rurais é já um problema de povoamento, porque as juntas de freguesia dependem das aldeias, que estão a morrer pelo abandono da agricultura. A administração pública deveria estruturar-se de modo a que fosse possível articular o ordenamento biofísico e demográfico com o planeamento económico e social e corresponder à realidade física e histórica das regiões naturais.

Aqui e acolá, apesar de tudo, coisas boas estão a ser feitas...

Muito pouco. Então não vê que deixaram que a agroquímica estragasse os barros de Beja? O dinheiro das celulosas está, na verdade, a sair-nos muito caro. A situação é gravíssima e a incompetência dos partidos políticos, de uma forma geral, é enorme. Não discutem sequer o florestamento idiota, sem qualidade de vida, e a agricultura foi abando-



OPINIÃO E DEBATE

nada porque os seus lucros não são tão imediatos. É preciso dar a cada parcela de terreno a utilização mais conforme com as suas potencialidades naturais. E entender o agricultor como verdadeiro guardião dos campos, serras e matas — do espaço rural cuja beleza, equilíbrio e estabilidade geram benefícios de ordem cultural, social e física. Temos de pensar em termos de dignificação do homem e de valorização da terra. Em zonamento ecológico e em paisagem humanizada, tendo em vista o ordenamento dos elementos essenciais ao equilíbrio biológico, à estabilidade física e à distribuição e escolha adequada das culturas e dos gados. Há que procurar a melhor distribuição das matas, dos prados e das terras de sequeiro e regadio, identificando a melhor aptidão para as diferentes culturas, promovendo uma agricultura que intensifique o uso da terra pela construção de uma paisagem equilibrada biologicamente. Num país como o nosso, com um mosaico geográfico muito variado, onde são muitas as serras, as charnecas e as costas com magníficas paisagens humanizadas, os parques naturais são um dos instrumentos eficazes de uma política de desenvolvimento e de ambiente.

Portugal tem de reencontrar a sua identidade social e cultural. Não pode subsistir alicerçado numa sociedade de consumo

As cidades estão, de certa forma, a apodrecer.

Veja o que se passa com as áreas metropolitanas. Qual é a cidade que persiste sem uma relação íntima com a agricultura? O problema das cidades é o do território; deixou de falar-se de agricultura, prefere-se a falsa floresta, que usa terrenos de qualidade agrícola para obter lucros imediatos.

Dependemos alimentariamente...

Os cereais, é trágico! Mas nenhum partido quer falar disso. Não têm sequer noção do que se passa. Permitiu-se a construção na lezíria de Loures, na lezíria de Faro, e agora há este caso das terras muito férteis da Costa da Caparica... As melhores terras de cultura foram ameaçadas, em muitas regiões, pela especulação dos preços de terrenos para construção.

Não será esta trágica crise financeira uma oportunidade especial para se reavaliar tudo isso?

Nenhum político quer discutir verdadeiramente. O primeiro problema começa no uso do território, que é uma discussão de que todos fogem: a falta de agricultura e a pressão da falsa floresta (povoamentos monoespecíficos de pinheiro-bravo ou de eucalipto), que acabaram com a agricultura de sustentabilidade que levou à extinção das aldeias. Esse é que é o problema grave: não se faz um país com base na especulação da celulose e dos terrenos para construção urbana. O crescimento concentrado desencadeia, por sua vez, obras que só encontram justificação numa falsa imagem de progresso criada pela propaganda sistemática dos vícios da sociedade de consumo.

Os políticos falam muito de exportações, mas não das importações. Ora, as importações do que é essencial aumentam diariamente, e querem compensar isso exportando parafusos e coisas assim. Os presidentes de câmara são analfabetos, e a Universidade é um problema gravíssimo em Portugal, porque vive de sectores artificiais, visando dar «empregos», e não está aberta a estas discussões.

Como as aldeias fecharam e os muros de pedra seca para suporte da agricultura em relevo ou de vedação (e lembro que Portugal é 80 % montanhoso) deixaram de ter interesse, aparecem uns senhores a comprar essas pedras, e toda a noite desaparecem muros que são levados para Espanha. Já ando a falar disto há uns quatro ou cinco anos. Ninguém me quer ouvir.

Portugal tem, antes de tudo, de reencontrar a sua identidade social e cultural. Não pode subsistir alicerçado numa sociedade de consumo. Ruralidade e Mar é o binómio que determina a nossa existência como povo e nação.

Entrevista de João Távora e Vasco Rosa

NOTICIÁRIO

XVII Congresso da Causa Real

Porto, 14 de Maio de 2010

Decorreu a dia 14 de Maio no Palácio da Bolsa, no Porto, o XVII Congresso da Causa Real, que uma vez mais reuniu os seus órgãos sociais e as suas estruturas regionais, as reais associações. Na agenda constava o pedido de renúncia de Paulo Teixeira Pinto e a sua substituição, até ao fim do mandato da Direcção em 2012, pelo vice-presidente Luís Lavradio, assim como a substituição de diversos titulares de cargos directivos, por morte ou demissão.

Os tópicos principais das intervenções foram a esperança no futuro e a responsabilidade que acresce, num movimento que ostenta sinais de crescimento e de renovação, tanto nas suas bases quanto nos seus corpos directivos, aos quais nos últimos tempos se vêm juntando novas caras, de jovens e promissores quadros profissionais.

A sessão da manhã não foi encerrada sem ter sido prestado um voto de louvor ao presidente cessante, Paulo Teixeira Pinto,

que manterá presença no Conselho Superior.

Para a Direcção Nacional foram eleitos os seguintes novos quadros dirigentes: para a Vice-presidência, João Távora, empresário de Comunicação; para Secretário-Geral, Sérgio Rau Silva, gestor bancário; para Vogal, Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, administradora de empresas no sector dos média e Presidente da Ejesa. Também para Vogal, Gonçalo de Brito e Cunha, doutorado em Inteligência Artificial, empresário em nome próprio.

No Conselho Superior, em substituição de Rui Fortes da Gama, entretanto falecido, entrou Rui Moreira, empresário, columnista e comentador desportivo, Presidente da Associação Comercial do Porto.

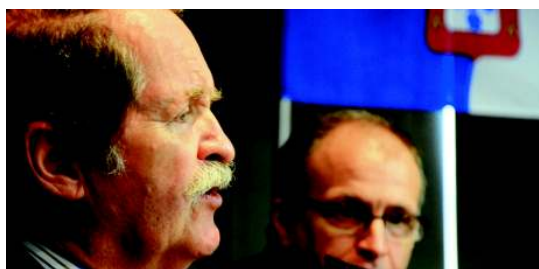
Para o Conselho Monárquico, em substituição do Maestro Ivo Cruz, que faleceu, foi designado António Filipe Pimentel, doutorado em História da Arte, antigo

pró-Reitor da Universidade de Coimbra, actual Director do Museu Nacional de Arte Antiga.

Após um pequeno seminário sobre as oportunidades da comunicação Web e Interlocal, respectivamente por João Távora e João Palmeiro, o congresso foi encerrado com a alocução de S.A.R. D. Duarte, Duque de Bragança, que exortou as estruturas da Causa Real a intensificarem a sua implantação local através de mais eficientes estratégias de comunicação.

Nas fotografias, em sentido horário: uma sessão do Congresso; Jorge Leão, presidente da Real Associação do Porto, S.A.R. Dom Duarte, e Luís Lavradio, novo Presidente de Causa Real; o Chefe da Casa Real e, a seu lado, Álvaro Menezes, presidente da Real Associação de Viseu; S.A.R. o Duque de Bragança e João Távora, no seminário sobre comunicação digital.

© Diogo Lencastre



NOTICIÁRIO

Celebração do dia da Fundação da Nacionalidade

Coimbra, 5 de Outubro de 2010

A Causa Real promoveu, uma vez mais, a celebração do dia da Fundação da Nacionalidade, pelos 868 anos do Tratado de Zamora (1143), entre D. Afonso Henriques e o rei de Leão e Castela, perante o legado pontifício Cardeal Guido de Vico, em que D. Afonso VII reconheceu o reino o Condado Portucale e a seu primo o título de rei.

As celebrações decorreram em Coimbra, cabendo à sua Real Associação, dirigida por Joaquim Nora, a organização dos eventos: Missa por alma de Dom Afonso Henriques e dos reis seus sucessores na igreja de Santa Cruz, e homenagem prestada junto do seu túmulo e do de seu filho D. Sancho I; leitura da mensagem de s.a.r. o Senhor Dom Duarte na Sala do Capítulo do mosteiro; e recepção nos Paços do Concelho, pelo presidente da Câmara Municipal João Paulo Barbosa de Melo e Vereadores de Coimbra.

ss.AS.RR. os Duques de Bragança chegaram às 11 h ao templo, já repleto por centenas de monárquicos de todo o País,

sendo recebidos por membros directivos da Causa Real e da Real Associação de Coimbra, seguindo para os lugares de honra que lhes estavam destinados. Na homilia, foi realçado o interesse patriótico da cerimónia litúrgica e a importância da presença do Chefe da Casa Real e da Senhora Dona Isabel de Bragança, que saudou.

Depois do almoço, a Sala do Capítulo foi pequena para os que quiseram ouvir a mensagem de s.a.r. o Senhor Dom Duarte, que referiu o significado histórico e político da data que se comemorava e realçou a iniciativa dos monárquicos ao não deixarem esquecer esse dia fundamental para a existência de Portugal como nação, apelando à sua acção patriótica e política e exortando-os a apoiarem as Reais Associações, na defesa dos ideais políticos de restauração da Monarquia, ainda mais premente como factor de esperança e de maior coesão nacional nos momentos de crise que Portugal vive.

Os presentes, no final das palavras proferidas pelo herdeiro de Dom Afonso Henriques, que

aplaudiram entusiasticamente, apresentaram cumprimentos a ss.AA.RR. os Duques de Bragança, que seguiram depois para os Paços do Concelho, acompanhados por muitos participantes, onde foram recebidos como convidados de honra. Usaram da palavra o Presidente da edilidade, que deu as boas-vindas aos Duques de Bragança em nome da cidade, e o Senhor Dom Duarte que agradeceu a recepção e exaltou o dia da Fundação da Nacionalidade.

Os Duques de Bragança fizeram depois uma visita privada ao convento de Santa Clara a Velha, onde foram recebidos pelo seu Director, que guiou a visita.

A Real Associação de Lisboa organizou, com um autocarro, a participação dos associados de Lisboa.

Na fotografia: monárquicos de todo o País na igreja de Santa Cruz, panteão nacional.

© Raul Bugalho Pinto



NOTICIÁRIO

22.º aniversário da Real Associação de Lisboa

Sintra, 28 de Maio de 2010

No dia 28 de Maio, cerca de cem associados comemoraram o aniversário da Real Associação de Lisboa (fundada por escritura pública em 2 de Fevereiro de 1989) com uma visita ao Palácio da Pena, em Sintra, e um almoço presidido por S.A.R. o Senhor Dom Duarte.

Um autocarro saiu de Lisboa no início da manhã e juntou-se nos portões do Parque da Pena aos muitos associados do Núcleo de Sintra da Real Associação de Lisboa, que foi o anfitrião e organizador deste encontro. Para a visita ao Palácio, formaram-se dois grupos, tendo como guias os Dra. D. Eduarda Delgado e Dr. Rui Oliveira, que informaram dos aspectos históricos, arquitectónicos e vivenciais do palácio mandado construir pelo Rei consoorte D. Fernando II, como sua propriedade pessoal, sobre o pequeno convento abandonado de

Nossa Senhora da Pena. Residência de veraneio da Família Real, foi depois da morte do soberano vendida ao Estado pelo Rei D. Pedro V. Dali saiu para Mafra e para o exílio a Rainha Dona Amélia, em 1910.

Seguiu-se depois um almoço na Quinta da Madre de Deus, na Ribeira de Sintra, com todos os participantes da visita, a que se juntaram outros associados, entre eles autarcas da freguesia de Mem Martins, a que presidiu o Senhor Dom Duarte. No final da refeição usaram da palavra o Presidente do Núcleo, Douglas Lima, D. Vasco Cabral da Câmara, decano dos associados do Núcleo de Sintra, e o Presidente da Direcção, João Mattos e Silva, que agradeceram e saudaram a presença do Senhor Duque de Bragança e de todos os participantes e, por último, o Senhor Dom Duarte, que se congratulou

com a presença de tantos associados e apelou aos valores e princípios éticos, tão arredados da nossa sociedade actual, como elementos regeneradores da vida da nação portuguesa neste momento particularmente difícil.

A visita que estava programada, para depois do almoço, aos parque e palácio de Monserrate, teve de ser cancelada devido ao temporal que se abateu sobre Sintra, pelo que continuou até ao fim da tarde o convívio dos presentes com o Chefe da Casa Real.

Nas fotografias: Douglas Lima, presidente do Núcleo de Sintra da Real Associação de Lisboa, com o Duque de Bragança; João Mattos e Silva (Presidente da RAL) e Vasco Telles da Gama, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da RAL).

© Raul Bugalho Pinto





Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento: de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas

Telefones [+351] 21 342 8115, 21 342 9702

Fax [+351] 21 342 8116

info@reallisboa.pt

www.reallisboa.pt



Coroa de flores no Túmulo
de Dom Afonso Henriques,
na igreja de Santa Cruz, Coimbra.
Celebração do dia da Fundação
da Nacionalidade: 5 de Outubro de 2011.

© Raul Bugalho Pinto